

MULHERES (RE)EXISTEM: PERTENÇA ACADÊMICA E CUIDADO ENTRE DISCENTES E DOCENTES NA GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

WOMEN (RE)EXIST: ACADEMIC BELONGING AND CARE AMONG STUDENTS AND TEACHERS IN PEDAGOGY GRADUATION

LAS MUJERES (RE)EXISTEN: PERTENENCIA ACADÉMICA Y CUIDADO ENTRE ESTUDIANTES Y DOCENTES EN LA GRADUACIÓN DE PEDAGOGÍA

Maria Izabel Machado¹
Raysa Carvalho²

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é compreender como a naturalização do cuidado enquanto feminino interfere e/ou compromete a permanência de estudantes e a produção acadêmica de docentes no curso de Pedagogia. Para apreender o cuidado a partir da experiência das interlocutoras, a pesquisa se deu por meio de metodologia qualitativa, com a técnica de entrevista em profundidade, a partir das teorias feministas de gênero e cuidado. Dentre os achados, podemos destacar as tensões que cercam a aproximação entre cuidar e educação no campo pedagógico, bem como o atravessamento de classe e renda no que se refere à desigual distribuição dos encargos do cuidado em âmbito privado.

PALAVRAS-CHAVE: cuidado; mulheres; academia; Pedagogia; gênero.

ABSTRACT

The objective of this paper is to understand how the naturalization of care as a woman interferes and/or compromises the permanence of students and the academic production of teachers in the Pedagogy course. To understand care based on the experience of the interlocutors, the research was carried out using qualitative methodology, with the in-depth interview technique, based on feminist theories of gender and care. Among the results, we can highlight that they surround the approximation between care and education in the pedagogical field, as well as the intersection of class and income with regard to the unequal distribution of care burdens in the private sector.

KEYWORDS: care; women; academic; Pedagogy; gender.

RESUMEN

El objetivo del presente trabajo es comprender cómo la naturalización del cuidado como femenino interfiere y/o compromete la permanencia de los estudiantes y la producción académica de los docentes en el curso de Pedagogía. Para comprender el cuidado a partir de la experiencia de los interlocutores, la investigación se realizó mediante metodología cualitativa, con la técnica de la entrevista en profundidad, basada en teorías feministas de género y cuidado. Entre los hallazgos, podemos destacar las tensiones que rodean la aproximación entre cuidados y educación en el ámbito pedagógico, así como el cruce de clases e ingresos respecto de la distribución desigual de las cargas de cuidados en el ámbito privado.

PALABRAS CLAVE: cuidado; mujer; academia; Pedagogía; género.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho se desenvolveu no período da pandemia de Covid-19. Foi desafiador estudar sobre cuidado e democracia nesse contexto, agravado pelo cenário político que

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. Orcid: 0000-0001-8148-6062.

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil. Orcid: 0000-0003-3680-7669.

significou um irreparável recuo na democracia brasileira. Foi em meio ao luto coletivo e ao caos de retrocessos socioeconômicos que impactaram diretamente a nós, mulheres, que nos dedicamos ao estudo do cuidado, enquanto ética e *práxis*.

A premissa da qual partimos diz de uma preocupação ao mesmo tempo teórica e prática na medida em que se pretendeu perscrutar os caminhos teóricos do cuidado à luz da experiência de sujeitos concretos. A hipótese partida se refere ao potencial de produzir relações mais democráticas ao desestabilizar noções fixas de papéis sociais e atribuições de gênero quando nos referimos ao cuidado e ao trabalho doméstico.

Este trabalho lança mão das perspectivas feministas pós-estruturalistas, com a análise da bibliografia produzida no campo dos estudos feministas do cuidado, para compreendermos as relações existentes e possíveis entre mulheres, cuidado, Pedagogia e democracia, em diálogo com documentos político-pedagógicos que norteiam a profissão do pedagogo. Também foi empregada a estratégia de pesquisa qualitativa, sob o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo e Deslandes, em que, por meio de entrevistas em profundidade (com aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa), buscamos valorizar os depoimentos dos atores sociais compreendidos em uma conjuntura socioeconômica, histórica e política, observando que “[...] a ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge da realidade concreta” (Minayo; Deslandes, 2002, p. 77). É importante destacar que a escolha das sete mulheres que integraram as entrevistas deu-se a partir do vínculo ativo com a universidade, enquanto professoras e estudantes, e a coleta de dados foi realizada por videoconferência, observando-se as determinações do Ministério da Educação para o funcionamento das instituições de educação durante a pandemia da Covid-19.

Nas *práxis* pedagógicas, cuidar e ensinar são indissociáveis, especialmente na educação infantil, e é sobre essa característica e as implicações para os profissionais da Pedagogia que falaremos na primeira seção. A propósito, como a atribuição do cuidar influencia a vida pessoal e profissional das mulheres na graduação em Pedagogia?

Na segunda parte deste trabalho, essas reflexões são potencializadas pelas experiências e relatos de estudantes e professoras deste curso, buscando apreender como as agentes lidam com as ocupações do cuidado, tendo em vista as assimetrias de gênero e os impactos sobre suas vidas, nas esferas pública e privada.

A terceira seção é dedicada ao mapeamento das tensões internas ao campo da Pedagogia, tal como enunciadas pelas agentes da pesquisa acerca da feminização e consequente inferiorização da carreira.

O CUIDAR E A PEDAGOGIA: DA IDEIA DE “MISSÃO” AO RECONHECIMENTO DA PROFISSÃO NA ECONOMIA DO CUIDADO

Embora nas últimas décadas tenhamos observado uma crescente demanda mercadológica por serviços de cuidado em todo o mundo (Guimarães; Hirata 2020), para a(o) pedagoga(o) cuidar não é novidade, especialmente na educação infantil, em que as práticas de cuidado permeiam o trabalho de ensinar as crianças, com cuidados relacionados à higienização, bem como o emprego da afetividade no processo de ensino-aprendizagem.

Recorrendo aos documentos que embasam as políticas educacionais no Brasil, encontramos algumas informações importantes a respeito da relação ensinar e cuidar. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo” (Brasil, 2018, p. 26). Já as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), documento que contém as normas obrigatórias para a Educação Básica no Brasil e que estrutura o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, a indissociabilidade do cuidar e do educar é ampliada para todas as etapas de ensino, demarcando que a prática educativa deve:

[...] considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social da Educação Básica, a sua centralidade, que é o estudante. Cuidar e educar iniciam-se na Educação Infantil, ações destinadas a crianças a partir de zero ano, que devem ser estendidas ao Ensino Fundamental, Médio e posteriores (Brasil, 2013, p. 19).

No entanto, analisando os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil (RCNEI), outro importante documento que norteia o trabalho da(o) pedagoga(o), encontramos uma nota explicativa relevante para a nossa discussão sobre as mulheres na pedagogia. Em todo o documento, é utilizado o referencial “professor da educação infantil”, no masculino, porém, os redatores do documento acharam adequado fazer uma ressalva sobre isso em uma nota de rodapé em que destacam: “o corpo profissional de grande parte das instituições de educação infantil de todo o país, hoje, é ainda formado, em sua grande maioria, por mulheres.

Este referencial dirige-se ao professor de educação infantil como categoria genérica” (Brasil, 1998, p. 41). Tal apontamento sobre gênero corrobora o fato de que a pedagogia tem sido uma atividade essencialmente realizada por mulheres.

Dentre os problemas dessa perspectiva está o fato de que ao mesmo tempo universaliza a docência como masculina e a educação infantil, que se confunde aqui com o cuidado, como feminina, recurso discursivo alicerçado em uma concepção equivocada de que a profissão seria a extensão de um dom natural ou inato das mulheres em cuidar de crianças, invisibilizando o valor da formação acadêmica e os conhecimentos profissionais requeridos para o exercício profissional, afinal, ensinar e cuidar de crianças acabam percebidos como uma missão feminina.

As mulheres são as mais responsabilizadas pelo cuidar, na esfera privada, também são as mais afetadas pela desvalorização social do trabalho do cuidado, em âmbito público. Isso acarreta consequências, por exemplo, a baixa remuneração da pessoa profissional de Pedagogia e a precarização do seu trabalho, já que, segundo a socióloga Viviana Zelizer (2011, p. 285, tradução nossa), “a noção de esferas separadas, que considera que o cuidado pessoal ocorre naturalmente como um bem gratuito, bloqueia o raciocínio sistemático e justifica grandes iniquidades”.

Essas circunstâncias podem ser compreendidas à luz da noção foucaultiana de que certas ideias possuem uma produção histórica e, por isso mesmo, adquirem *status* de documento, de verdade social (Foucault, 2008). Contudo, ao analisarmos uma graduação cursada em sua maioria por mulheres, como a Pedagogia, também é importante apontar que, apesar das imposições sociais, essas mulheres que escolhem esse caminho formativo estão também realizando um movimento para transpor uma noção do cuidar como dom/missão, buscando alçar um *status* profissional.

Como destaca a pesquisadora Marlene Tamanini (2018, p. 46), isso pode denotar “um mecanismo de sobrevivência para as mulheres ou outros que estão lidando com cuidado em condições opressivas”, em que esses sujeitos saem da condição naturalizada do cuidar, realizada na esfera privada e doméstica, no servir à família, e conquistam um reconhecimento público, profissionalizando-se, adquirindo um documento de fé pública como o diploma, que os habilita a ocupar novas posicionalidades de ser também em âmbitos institucional, econômico e social.

Logo, trazer essa discussão sobre gênero, cuidado e democracia em um curso majoritariamente feminino e, por vezes, subalternizado social, política e economicamente é

reconhecer que “a educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política” (Freire, 2018, p. 108) em todas as suas nuances. Aliás, Paulo Freire (2018), o patrono da educação brasileira e um dos autores mais lidos no mundo todo, propõe várias reflexões sobre as práticas educativas em seu livro *Pedagogia da autonomia*, apontando que liberdade e autoridade (Freire, 2018) são essenciais para a prática de ensinar. No entanto, ao nos determos sobre as realidades das mulheres, também precisamos compreender o quanto essa liberdade e autoridade lhes são negadas, já que

[...] nas sociedades sexistas, as mulheres formam uma classe de vulnerabilidade; nas sociedades de classes, os operários e os empregados, igualmente; nas sociedades que valorizam a autossuficiência e vinculam a cidadania à participação no mercado de trabalho, as pessoas dependentes constituem uma classe de vulnerabilidade (Garrau; Le Goff, 2010, p. 147, tradução nossa).

Está posto o desafio de transpor as assimetrias de gênero que subalternizam o trabalho das pedagogas, em que “compreender as dinâmicas das ocupações ligadas ao cuidado e à solicitude na esfera mercantil [...] parece-nos uma pré-condição para pensar o tema do ponto de vista da justiça e da igualdade” (Guimarães; Hirata, 2020, p. 50), a fim de que as mulheres que atuam na Pedagogia assim o façam em plenitude e com adequado reconhecimento social, econômico e político.

Para impulsionar nossas reflexões, a seguir serão apresentados alguns dados empíricos obtidos a partir das entrevistas com sete mulheres, discentes e docentes, do curso de Pedagogia, na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás, ao inter-relacionarmos as temáticas centrais deste trabalho, a saber: mulheres, cuidado, democracia e pedagogia.

EXPERIÊNCIAS DE/COM O CUIDADO ENTRE DISCENTES E DOCENTES

Trazendo as discussões sobre mulheres, cuidado e democracia para o campo da sociologia do gênero e do trabalho, passaremos agora às reflexões suscitadas a partir das entrevistas realizadas com sete mulheres, três docentes e quatro discentes, da graduação em Pedagogia, na Universidade Federal de Goiás, entre março e maio de 2021. A escolha das agentes observou o critério único de que estas deveriam possuir vínculo ativo como estudantes ou professoras no curso de Pedagogia, na instituição apontada. É importante

destacar que as professoras entrevistadas são graduadas em pedagogia, possuem títulos de mestrado e doutorado, e são profissionais efetivas no referido curso.

No quadro abaixo, são apresentadas algumas informações gerais, sendo importante ressaltar que todos os nomes citados são fictícios, inspirados em nomes de políticas mulheres brasileiras, sendo: Elizabeth Teixeira, Luiza Erundina, Leolinda Daltro, Marielle Franco, Dilma Rousseff, Sônia Guajajara e Bertha Lutz, a fim de assim assegurarmos o anonimato das entrevistadas e referenciar as figuras tão relevantes para a luta dos direitos das mulheres e outros segmentos subalternizados.

QUADRO 1 - Informações gerais sobre agentes participantes da pesquisa

Nome	Elizabeth	Erundina	Leolinda	Marielle	Dilma	Sônia	Bertha
Idade	36	26	26	26	51	57	36
Estado Civil	Casada	Divorciada	Solteira	Casada	Casada	Casada	Divorciada
Filhos	Não	Não	Não	3	2	2	Não
Status Profissional	Estudante/ Costureira	Estudante/ Auxiliar Educação Infantil	Estudante/ Auxiliar Educação Infantil	Estudante/ Dona de Casa	Professora Universitária	Professora Universitária	Professora Universitária

Fonte: Dados obtidos por meio de entrevistas qualitativas e em profundidade, realizadas no período de março a maio de 2021, com a devida aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.

É importante destacar que os dados empíricos foram obtidos por intermédio de entrevistas em profundidade, realizadas com cada agente individualmente e por videochamada, via plataforma *Google Meet*, observando-se as recomendações sanitárias em vigor nas instituições federais de ensino superior, devido à pandemia da Covid-19, que estabeleceram a observância do isolamento social e que as atividades formativas ocorressem em ambiente virtual para minimizar o risco de contágio pelo novo coronavírus.

Levando em conta que “fronteiras demarcam significados distintos atribuídos ao trabalho de cuidar, e lutas por reconhecimento são fundamentais para o entendimento dos processos de construção de nichos profissionais” (Guimarães; Hirata, 2020, p. 51-52), nosso objetivo é elucidar como a atribuição do cuidar, naturalizada como feminina, lança influências sobre a vida dessas mulheres e suas perspectivas ocupacionais, e como esses dois grupos

distintos compreendem as ocupações do cuidado nos âmbitos particular e profissional, privado e público. Após a análise das entrevistas, foi possível destacar alguns pontos.

As perguntas sobre o cuidado despertaram muitas memórias entre as entrevistadas, que manifestaram sentimentos de nostalgia ao lembrar situações específicas, bem como a saudade de quem cuidou delas, exaltando essas pessoas com orgulho. No início dos relatos, o cuidado aparece muito associado ao atendimento das necessidades primordiais de todo ser humano, como algo essencial para a sobrevivência de um bebê, por exemplo, deixando clara a relação de que “[...] o acesso à autonomia é precedido por fases inevitáveis de dependência, durante as quais o cuidado recebido é condição” (Garrau; Le Goff, 2010, p. 126, tradução nossa). O cuidar foi relacionado ao cuidado materno e às relações de afetividade, em que amor e carinho se faziam presentes, com destaque especial ao período da infância, à vida em família, às experiências relacionadas à educação e também à escolarização, às situações de acolhida em caso de adoecimento, ou ainda às atividades de atenção e provimento de bem-estar ao outro, todas experienciadas ao longo da vida, denotando que, enquanto seres humanos,

[...] todos somos vulneráveis e presos em redes complexas de relações de cuidado ao longo de nossas vidas. Nesse contexto, a dependência é, portanto, compreendida em um nível fundamental como interdependência e vulnerabilidade; ela constitui uma condição comum, da qual ninguém escapa e à qual responde um conjunto de práticas sociais específicas: as atividades de cuidado (Garrau; Le Goff, 2010, p. 79-80, tradução nossa).

É possível constatar que, entre as agentes, houve a unânime relação entre cuidado, mulher e ambiente privado, evocando memórias da infância e experiências familiares, sendo as mães e as avós as suas principais referências de cuidado, bem como o ambiente familiar o principal local onde o cuidado acontece. Não obstante, as entrevistadas também rememoraram situações de cuidado desempenhadas por figuras masculinas, como o pai ou avô, ou ainda falaram sobre a ausência de cuidado, mantendo as associações restritas ao contexto familiar.

A partir disso, foi possível identificar que as entrevistadas faziam uma distinção entre os tipos de cuidado relatados: o cuidar realizado pelas mães e avós tratava-se de uma série de atividades do dia a dia, desempenhadas de forma intermitente, afetuosa, para prover necessidades básicas (Marielle, estudante, 26 anos; e Leolinda, estudante, 26 anos), estando esses modelos mais ligados ao senso de responsabilidade e obrigação, de cuidado para a sobrevivência. Já os cuidados realizados pelos pais e avós foram apresentados como situações

de excepcionalidade, um cuidado diferente, de construir um brinquedo, por exemplo (Bertha, professora universitária, 36 anos), de ensinar sobre a autonomia, ou seja, eram atividades realizadas fora da rotina, não estando ligadas à sobrevivência, mas a momentos de diversão, de sair da rotina.

Ainda sobre essa diferenciação, gostaríamos de destacar o relato de Sônia sobre como uma criação paterna, que não fazia distinção de gênero, influenciou no seu desenvolvimento e emancipação como sujeito: “um olhar masculino que me ajudou a ter uma certa potência que não é um lugar de submissão, de cuidar do outro, mas também de um existir enquanto sujeito, também de existir pessoal, que não só recebe a carga e a sobrecarga do cuidar do outro” (Sônia, professora universitária, 57 anos).

Ao mesmo tempo que essa fala suscita uma reflexão a respeito da importância de educarmos as crianças para que ocupem diferentes espaços sociais independentemente de gênero, devemos nos questionar sobre a corrente naturalidade com que frequentemente o masculino é associado ao lugar da liberdade e de existir no mundo, enquanto o lugar da mulher segue associado ao da submissão e do cuidar do outro. Segundo Carol Gilligan (1982, p. 80): “esse confronto revela dois modos de julgar, duas construções diferentes do domínio moral – um, tradicionalmente associado com a masculinidade e o mundo público do poder social; o outro, com a feminilidade e a privacidade do intercâmbio doméstico”.

Prosseguindo com os relatos, as mulheres entrevistadas afirmaram já ter cuidado ou ainda cuidar de alguém, relacionando essas atribuições a momentos de prazer em ajudar e servir, ou ainda à responsabilidade e ao dever. Muitas afirmaram que as suas primeiras memórias em cuidar de alguém remontam também ao período da infância. Marielle relatou que passou a velar pelo sono da sua avó aos 11 anos, temendo a morte da idosa que havia adoecido, permanecendo atenta a qualquer sintoma que indicasse a necessidade da medicação e responsabilizando-se sozinha por essa vigília noturna, mesmo com um tio mais velho morando na mesma casa que elas (Marielle, estudante, 26 anos).

Sônia também lembra que começou a cuidar muito cedo, primeiro do irmão mais novo, depois dos colegas de escola, pois era mais alta que todos da turma, e que ao mesmo tempo que assumiu essa responsabilidade também queria ser tratada com o mesmo cuidado dos outros (Sônia, professora universitária, 57 anos).

Destaca-se o relato de Elizabeth, que cresceu na zona rural e passou a cuidar das três irmãs menores quando tinha 6 anos, sendo que uma delas era um bebê com poucos meses de vida; foi também nessa idade que Elizabeth aprendeu a cozinhar em um fogão a lenha,

responsabilizando-se pelo almoço delas e dos pais que trabalhavam na roça (Elizabeth, estudante, 36 anos).

Esses relatos dão conta de que, para as mulheres, o imperativo moral de cuidar dos outros está presente desde muito cedo. Tendo em mente que “as relações de cuidado podem ser mercantis ou não mercantis, e os modos de retribuir o trabalho desempenhado podem ou não se fazer por meios monetários” (Guimarães, 2020, p. 106), as entrevistadas foram inquiridas sobre qual a remuneração recebida pelas atividades de cuidado realizadas durante a vida. Houve um estranhamento inicial: como relacionar cuidado ao trabalho e aos ganhos? As entrevistadas então perguntaram sobre o que seria essa remuneração: dinheiro, gratidão ou reconhecimento?

Sobre as trocas envolvidas nas atividades de cuidado, Marielle relatou que não tem recebido o devido reconhecimento pelo cuidado que desempenha como mãe e esposa, como se fosse uma obrigação dela, por não trabalhar fora (Marielle, estudante, 26 anos). Elizabeth disse que a única coisa que sempre desejou em troca de cuidar foi ver o bem-estar das pessoas cuidadas por ela (Elizabeth, estudante, 36 anos). Leolinda afirmou que tem recebido o seu salário, como auxiliar de educação infantil, e a felicidade por cuidar da avó idosa, hoje com *Alzheimer*, podendo retribuir assim aos cuidados que recebeu dela quando criança, (Leolinda, estudante, 26 anos). Sônia relata que as pessoas não a reconhecem como alguém que cuida, pois seu jeito de cuidar nem sempre envolve afetividade (Sônia, professora universitária, 57 anos).

Para compreendermos esses relatos, recorreremos a Viviana Zelizer (2011), que classifica as atividades de cuidado como: “Relacionamentos de carinho, na minha opinião, de sobrevivência e/ou atenção pessoal intensa que aumenta o bem-estar de seus destinatários. Cuidado, portanto, conta como trabalho, mesmo que proporcione prazer a quem o dá e a quem o recebe” (Zelizer, 2011, p. 277, tradução nossa).

É importante percebermos que nossa concepção de trabalho é limitada à concepção mercadológica de produção de riquezas, e onde habilidades como produtividade, alta performance, eficiência e inteligência emocional são amplamente difundidas, resta pouco ou nenhum espaço para a afetividade. O fato é que as atividades de cuidado são consideradas como trabalho apenas nos espaços em que esses serviços são remunerados, como nas áreas relacionadas à saúde, ou no cuidado dos idosos ou das crianças, por exemplo. No entanto, quando o cuidado é permeado por relações de afetividade e até mesmo de intimidade, acaba excluído dessa lógica e, por isso, subalternizado ou privado de reconhecimento econômico.

Isso posto, é preciso que ampliemos a nossa percepção sobre o que é trabalho, percebendo-o:

[...] não apenas como o emprego remunerado no mercado, mas qualquer esforço que crie valor de uso transferível, incluindo a utilidade que os economistas comumente chamam de capital humano [...]. Assim, o trabalho doméstico, o cuidado infantil, a oferta de conselhos e a frequência escolar contam como trabalho na medida em que aumentam de fato os valores práticos de seus executantes e/ou destinatários (Zelizer, 2011, p. 276, tradução nossa).

Sem reconhecermos a dimensão econômica e política do cuidado, continuaremos a reproduzir uma realidade calcada na exploração dos binarismos, em que pessoas continuarão a realizar atividades de cuidado gerando valores diversos para a sociedade via trabalho, sem uma contrapartida social e econômica justa, sendo que é sabido que há uma “[...] ‘penalidade salarial’ significativa para prestadores de serviços presenciais, como professores, conselheiros, auxiliares de saúde e cuidadores de crianças” (Zelizer, 2011, p. 283, tradução nossa). Dessa forma, ampliar o que percebemos como trabalho é necessário, ou, de outra maneira, as atividades de cuidado continuarão sendo percebidas como algo desempenhado de forma compulsória, naturalizadas como missão e caridade.

Enquanto isso, “as tarefas de cuidar recaem na maioria das vezes nas mesmas pessoas, que são estigmatizadas de maneiras semelhantes: as mulheres - e, entre essas mulheres, as mulheres das classes mais baixas ou de minorias étnicas e religiosas” (Garrau; Le Goff, 2010, p. 66, tradução nossa), impactando no poder de escolha e autonomia dessas mulheres, o que implica vulnerabilidade de gênero e menos condições para um viver democrático. Logo, deslocarmos essa discussão para o campo da pedagogia, uma profissão que é frequentemente feminizada e associada ao cuidar, tem o objetivo de abrir um panorama a respeito da atuação profissional na economia do cuidado, de forma mais democrática. Seguiremos com essas reflexões.

O GÊNERO E O CUIDADO NA PEDAGOGIA: AS TENSÕES A PARTIR DE DENTRO

Pesquisar sobre cuidado em um curso marcado pela feminização revela uma dicotomia: ao passo que as entrevistadas demonstraram ciência a respeito da indissociabilidade entre cuidar e educar e, para além, se reconheceram nessa prática, elas

também demonstraram a preocupação de que a abordagem não fosse generalista e reproduzisse ainda mais os preconceitos de gênero que relacionam Pedagogia, Cuidado e Feminino. O posicionamento dessas mulheres deixa claro que “seu elo com o trabalho nutre uma ‘forma identitária’ que sustenta seu autorreconhecimento como profissionais, conferindo sentido às suas ações enquanto portadoras de saberes que entendem ser socialmente úteis” (Guimarães, 2020, p. 110).

Leolinda expressou seu incômodo em criticar o senso comum de que pedagogia é cuidar de criancinha, afirmando: “o curso na UFG é difícil. E a gente tem que se esforçar muito, estudar muito, e as pessoas acabam reduzindo, sendo que é uma área mais ampla” (Leolinda, estudante, 26 anos). Erundina também contou que já ouviu diversas vezes que Pedagogia é um curso de mulher: “Já, nossa, a vida toda! [...] meus colegas de outros cursos, quando era criança escutei isso de professora. É um estereótipo, né? Profissão de mulher é a que ela quer ter! Justamente pela mulher ser vista como aquela pessoa sensível, que vai dar mais atenção, se vê ela como pedagoga que vai cuidar de criancinha” (Erundina, estudante, 26 anos).

Bertha (professora universitária, 36 anos) relatou que, devido à feminização do curso de Pedagogia, já precisou mediar conflitos em uma escola, onde seus alunos estavam atuando como estagiários, sendo que os estudantes do gênero masculino tiveram o seu trabalho impedido junto às crianças pequenas, sendo realocados em turmas cuja faixa etária era mais avançada, devido a uma orientação da direção da escola após reclamação dos pais por receio de esses estudantes cometerem algum tipo de abuso com os seus filhos.

Ainda a respeito da atuação de mulheres e homens na pedagogia, Marielle também relembrou uma situação em que a professora no campo de estágio questionou a prática pedagógica de um estudante do gênero masculino: “ela falou que faltava afetividade. E ele disse ‘eu sou homem, eu não posso ter esse tipo de afetividade porque senão eu sou julgado’. A mulher não é julgada, mas o homem é” (Marielle, estudante, 26 anos).

Esses dois relatos ilustram como os discursos alicerçados em preconceitos morais lançam influências na pedagogia, e o quanto isso se torna prejudicial para a atuação das pessoas enquanto profissionais, direcionando suas escolhas de forma arbitrária no sentido de se adequarem ao que é esperado socialmente sobre o seu gênero. A cientista política Flávia Biroli (2018), em seu livro *Gênero e desigualdades: os limites para a democracia*, argumenta sobre como as questões de responsabilidade e cuidado estão articuladas na divisão sexual do trabalho, produzindo estruturas calcadas na desigualdade de gênero, de forma que

[...] essas estruturas são constitutivas das possibilidades de ação, uma vez que restringem as alternativas, incitam julgamentos, que são apresentados como de base biológica (aptidões e tendências que seriam naturais a mulheres e homens), e fundamentam formas de organização da vida que, apresentadas como naturais ou necessárias, alimentam essas mesmas estruturas, garantindo assim sua reprodução (Biroli, 2018, p. 38).

Embora as agentes entrevistadas estivessem cientes dessas influências conjunturais, também demonstraram não estar imobilizadas por essas estruturas, mas sim que acreditam que esses papéis devem ser ressignificados para que a sociedade avance para superar essas assimetrias. Sobre isso, Leolinda (estudante, 26 anos) afirmou que os estranhamentos sobre a presença masculina no curso de Pedagogia já deveriam ter sido superados, pois pensa que é importante que as crianças na escola tenham uma referência masculina e que seria mais positivo se houvesse mais homens no curso de Pedagogia.

Ainda sobre como as questões de gênero se relacionam com o cuidado e influenciam na formação em Pedagogia, Dilma ressaltou: “do ponto de vista formativo é fundamental conversar sobre essas questões [...] pois têm a ver com a compreensão dos papéis sociais que nós assumimos e nós podemos assumir muitos papéis e diferentes papéis e nem toda mulher tem que ter os mesmos papéis e nem todo homem. Socialmente precisamos romper com o imaginário de que é a mulher que cuida” (Dilma, professora universitária, 51 anos). Como afirma Marlene Tamanini (2018, p. 43): “o cuidado tem sido uma atividade predominantemente feminina; ainda que a entrada analítica possa contemplar pontos diversos, tanto epistêmicos, conceituais e axiológicos, sua feminização é estrutural; e isto tem consequências para a democracia.”

E essas provocações elucidam um não conformismo por parte das agentes entrevistadas com as estruturas de gênero impostas, mas uma disponibilidade para mudanças, em que o cuidado não esteja subordinado à lógica binária. A seguir, nossa reflexão será direcionada para como essas mulheres percebem as dimensões do cuidado, a saber, o cuidado realizado em ambiente privado, doméstico, e também a sua existência na esfera pública, institucionalizada, e suas implicações para a democracia.

O CUIDADO NA ESFERA PÚBLICA E INSTITUCIONAL

Um efeito comum a todas as entrevistadas foi a naturalidade com que os relatos sobre o cuidado realizado no âmbito da vida privada fluíram. Saudade, nostalgia, felicidade e

orgulho da própria história marcaram as falas, sendo que as grandes referências de cuidado para essas mulheres foram a mãe ou a avó. Já quando a reflexão foi deslocada para o cuidado “realizado-recebido” em ambientes públicos ou institucionalizados, as entrevistadas demonstraram um estranhamento em pensar nessas situações, como se, à primeira vista, o cuidado não coubesse fora do ambiente familiar, privado e particular.

Nosso ponto de partida foram as primeiras memórias de um cuidado institucionalizado: as experiências relacionadas ao ambiente escolar. É importante destacar que, nesse contexto, cuidar e educar são indissociáveis na realidade das *práxis* pedagógicas. Algumas entrevistadas relataram que a chance de estudar foi um importante cuidado que receberam na infância (Dilma, professora universitária, 51 anos; e Elizabeth, estudante, 36 anos); outras deram destaque para o cuidado que acontecia entre as próprias crianças na escola e o quanto isso foi importante como aprendizado (Bertha, professora universitária, 36 anos; e Sônia, professora universitária, 57 anos). Já duas entrevistadas evidenciaram como situações de descuido na escola podem ser impactantes para a formação da criança, relatando situações em que os professores agiram com falta de afetividade (Erundina, estudante, 26 anos), e também situações de violência e *bullying* em que a escola não interveio (Marielle, estudante, 26 anos). Esses relatos nos sinalizam a importância de desnaturalizar o trabalho de cuidado, especialmente em um contexto em que ele é requisitado de forma direta e sistematizada, como na educação infantil.

Em termos de ações práticas, pensar o cuidado em sua dimensão pública e institucionalizada foi desafiador para as entrevistadas. Passado o estranhamento inicial, os relatos seguiram relacionando o cuidado à prestação de serviços, tais como atendimentos de saúde ou à profissão do professor, por exemplo. Nas falas, destacaram a percepção de que o cuidado na esfera pública deve ser fornecido obrigatoriamente pelos governos, com o objetivo de promover um Estado de bem-estar social e como forma de assistir os mais vulneráveis (Erundina, estudante, 26 anos; e Elizabeth, estudante, 36 anos). Bertha falou sobre o cuidado no contexto político e capitalista que estamos vivendo, no qual, segundo ela, “o que faz mais barulho é a falta de cuidado. O que predomina é o egoísmo. Vários atores concorrendo por poder e contra os movimentos de cuidado” (Bertha, professora universitária, 36 anos).

De fato, em um contexto político neoliberal, atravessado pela lógica produtivista, qual é o papel do cuidado? A resposta veio de Bertha, para quem o cuidado adquiriu um papel de resistência, quando lembrou iniciativas sociais de amparo aos mais vulneráveis: “esses coletivos são pontos de esperança e que permitem que a gente entenda que as coisas se

renovam” (Bertha, professora universitária, 36 anos). Sônia também pensa o cuidado como um exercício coletivo, e continua: “acho que hoje a gente vive dificuldades em relação a isso e os próprios coletivos estão esgarçados. Sob uma batuta de uma esfera neoliberal, esse sujeito que ‘se vira’, que não precisa de cuidado. Olhando para categorias como professores, estudantes, isso está cada vez pior” (Sônia, professora universitária, 57 anos).

Continuando a reflexão, as entrevistadas foram abordadas sobre como percebiam o exercício do cuidado na prestação de serviços, tendo em vista os benefícios para a vinculação às coletividades, entre elas, a pertença universitária. A partir daqui, ocorreu uma divisão clara nas concepções entre os grupos de estudantes e professoras. As estudantes concordaram que o cuidado tem potencial enquanto atenção ética e afetuosa, até mesmo em serviços que não sejam especificamente de *care*, sendo que agir com cuidado envolve comprometer-se com soluções eficazes e atendimentos mais dignos. Elas também reforçaram a importância de que tanto os grupos sociais quanto as instituições passem a considerar as diferenças que permeiam a vida dos indivíduos, por exemplo, das mulheres que são mães (Marielle, estudante, 26 anos); ou ainda das pessoas que residem em localidades de difícil acesso (Elizabeth, estudante, 36 anos); e até mesmo de pessoas que necessitam de programas sociais para ter mais qualidade de vida (Leolinda, estudante, 26 anos).

Já as professoras ouvidas nesta pesquisa relacionaram o cuidado na prestação de serviços à burocracia, no sentido de ser uma ética na democratização das informações, na resolução de conflitos e fortalecimento da coletividade (Bertha, professora universitária, 36 anos; e Dilma, professora universitária, 51 anos); no entanto, uma docente apontou que, embora a questão do cuidado seja importante para as instituições, na sua opinião, garantir direitos de acesso, de justiça e de objetividade é mais urgente para a democracia, evitando situações de condescendência (Sônia, professora universitária, 57 anos).

Esse último apontamento nos alerta para a dissociação entre cuidado e ética, que pode ser compreendida como uma noção maculada pela concepção de justiça neoliberal de que as leis e regras podem ser aplicadas de forma igual e imparcial para todas as pessoas, desconsiderando a realidade social marcada por assimetrias e vulnerabilidades de gênero, de raça e de classe, isso apenas para começarmos a falar sobre os grupos marginalizados e/ou explorados em nossa sociedade, reduzindo esse olhar atento à mera condescendência. No entanto, é importante salientarmos que, segundo Tamanini (2018, p. 50),

O cuidado é uma maneira de pensar um acompanhamento, sustentar uma proteção para os outros. A vantagem da noção de vulnerabilidade está em se poder pensar as situações de fragilidade que são diferentes, mas que, na forma em que existem hoje, exigem atenção. Segundo esta perspectiva, o cuidado é uma maneira de pensar, de produzir proteção para os vulneráveis. Ele envolve senso relacional e político, projeto de sociedade que tome em conta a diversidade de situação e a vulnerabilidade. Isto não é uma ideia abstrata de justiça, é uma nova compreensão da autonomia. Importa encontrar formas coletivas: instituições públicas e famílias, trabalho e sentidos coletivos e repensar a confiança na relação social com relações horizontais voltadas à construção de uma democracia sensível.

Ainda sobre o cuidado realizado em ambientes institucionais, as entrevistadas foram provocadas a relatar como percebem as relações de cuidado na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás. Entre as estudantes, três relataram estar muito satisfeitas com as redes de apoio criadas entre os estudantes, classificando-as como cruciais para os estudos e para a permanência na graduação (Erundina, estudante, 26 anos; Elizabeth, estudante, 36 anos; e Leolinda, estudante, 26 anos). Já Marielle lembrou algumas ações de solidariedade entre os estudantes, como a organização de doações, mas que há algum tempo vinha se questionando sobre essas ajudas serem pautadas em graus de afinidade, afirmando que, enquanto coletivo, o cuidado deveria ser pensado “para todos que precisam, não apenas para quem gostamos” (Marielle, estudante, 26 anos). Sobre os programas de assistência estudantil disponibilizados pela universidade, Leolinda contou que recebe a bolsa-alimentação, enquanto Erundina foi contemplada com a bolsa pedagógica. Ambas afirmaram que entendem essas ações como um cuidado institucional muito importante para que consigam se manter na universidade.

Quando as docentes foram questionadas sobre como percebiam as relações de cuidado em seu ambiente de trabalho, todas classificaram como algo muito complexo. Dilma relatou que percebe o local de trabalho como “um ambiente violento, competitivo, desumano e cheio de tramoias de bastidores. Esse discurso da gestão democrática e participativa passa longe de se operacionalizar em relações de muitas disputas, em relações de muito poder. É um ambiente muito pesado. As relações de cuidado para mim inexistem” (Dilma, professora universitária, 51 anos). Bertha lembrou que, assim como as relações de cuidado estão em crise na sociedade, a Faculdade de Educação acaba reproduzindo essa lógica que está posta (Bertha, professora universitária, 36 anos). Seguindo na mesma linha, Sônia disse que a Faculdade de Educação não está fora da sociedade, sendo que o exercício coletivo acaba se dando de forma contraditória entre os profissionais, mas que percebe as relações de cuidado

quando está em sala de aula, na sua relação com os estudantes (Sônia, professora universitária, 57 anos).

A partir desses relatos, é mister falarmos sobre a importância do cuidado no contexto das atividades profissionais, como salienta Viviana Zelizer (2011, p. 282, tradução nossa): “em uma ampla gama de locais de trabalho, o cuidado mútuo revela-se um elemento crucial para satisfação no trabalho e de solidariedade”, sendo possível conjecturar que, por meio de uma disponibilidade de cuidar enquanto ética e política, seria possível construir um Estado de bem-estar e de coesão social que fortalecesse os trabalhadores enquanto coletivo no âmbito institucional e civilizatório:

[...] compreender e exercer o processo educacional como educação pelo cuidar e para o Cuidado é contribuir na formação de seres humanos que se compreendam e assumam como tal em seu exercício de cidadania: ser e permanecer em constante abertura, capaz de estabelecer relacionalidade, assumir responsabilidade por suas escolhas e contribuir no processo de libertação de si e de seus semelhantes (Wahlbrinck; Chassot; Cassol, 2013, p. 92).

Avançando nas reflexões, ao relacionarmos gênero, cuidado e relações democráticas, embora todas as sete entrevistadas tenham reconhecido que existe uma atribuição social e cultural que coloca o cuidado como natural ao gênero feminino, os relatos das estudantes de Pedagogia indicam que elas estão mais subordinadas aos impactos dessa realidade. Na condição de estudantes, acabam atuando em empregos com baixa remuneração, o que as expõe a relações de dependência familiar e financeira. As graduandas relataram dificuldades em dividir tarefas de cuidado com o cônjuge ou com os irmãos, apontaram uma sobrecarga de trabalho físico e mental e também dificuldades para cuidar de si, estudar ou até mesmo conquistar uma melhor colocação profissional devido à obrigação de cuidar.

Já entre as docentes entrevistadas, essa realidade parece ter sido amenizada, sendo que as professoras afirmaram já ter, sim, realizado tarefas de cuidado compulsório em algum momento da vida, mas que há um tempo conquistaram um certo nível de independência que tem permitido a contratação de prestadoras de serviços de cuidado. Ainda sobre as questões de gênero, duas docentes relataram estar em relações matrimoniais mais simétricas, em que o casal divide as responsabilidades de cuidado com a casa, filhos e a carreira de ambos.

Diante das reflexões realizadas até aqui, é possível afirmar que estamos frente a um campo de discussões muito vasto. Pensar as relações possíveis advindas da associação entre

cuidado e democracia, em uma realidade social que parece tão distante desse ideal, é um tanto provocativo.

É importante destacar que, embora todas as entrevistadas tenham evocado as questões de gênero e a atuação das mulheres enquanto profissionais, algo também comum foi que, ao relacionarmos cuidado e democracia, não houve nenhuma entrevistada que associasse mulheres, democracia e eleições políticas ou às candidaturas de mulheres, o que pode sinalizar uma dificuldade entre correlacionar cuidado e gestão pública, ou até mesmo indicar a falta de um imaginário representativo das mulheres na política. No entanto, para analisar e confirmar essa hipótese, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada.

Esta pesquisa nos permite afirmar que “[...] as práticas de cuidado poderiam informar as práticas cívicas, facilitando a aquisição de qualidades de atenção, responsabilidade, competência e capacidade de agir [...]” (Garrau; Le Goff, 2010, p. 143, tradução nossa), no entanto, foi consenso entre as entrevistadas que, enquanto sociedade, estamos longe desse ideal.

Sendo assim, desnaturalizar o cuidado como missão feminina é criar espaços de resistência, onde as relações sociais se deem de forma mais equânime, seja por promoverem melhores condições econômicas, seja por inspirarem um senso de responsabilidade que não esteja pautado na exploração de binarismos, demonstrando potencial para mitigar as desigualdades de gênero e assim fortalecer a democracia: uma democracia em que o cuidado pautar a justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos permitiu compreender que trazer o cuidado para o centro das discussões democráticas implica ampliar a compreensão de igualdade e de justiça, especialmente no que tange ao exercício da cidadania pelas mulheres, indicando práticas políticas e sociais que primem pela inclusão e participação de todas as pessoas. Em uma sociedade neoliberal, em que as noções de produtividade e autonomia são supervalorizadas, a desmistificação do cuidado pode significar um ato de resistência, de possibilidade de emancipação, especialmente para os grupos subalternizados, seja por exercerem o cuidado de forma compulsória, como as mulheres, ou por estarem na condição vulnerável de receber o cuidado, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros, reconhecendo o valor

de todos pelo que são, seres humanos, não apenas pelo quanto são produtivos e meritocráticos.

Conceber o cuidado enquanto categoria social e política também pode indicar melhores condições trabalhistas para profissionais que atuam na economia do *care*, tais como as pedagogas, diminuindo os impactos dos preconceitos de gênero que implicam situações de subalternização e desvalorização social e salarial da profissão, favorecendo a diversidade e valorizando as escolhas dos sujeitos, sem se pautar nas estruturas de preconceitos que permeiam a divisão sexual do trabalho.

Ao deslocarmos as discussões sobre mulheres, cuidado, pedagogia e democracia para o campo de pesquisa, foi unânime entre as entrevistadas a relação entre cuidado e ambiente privado, sendo as mães e as avós as principais referências de cuidado para elas. É importante destacar também que todas as entrevistadas afirmaram já ter cuidado ou ainda cuidar de alguém, relacionando o cuidado à realização pessoal, mas também ao dever de cuidar, à responsabilidade.

Também houve a associação entre o cuidado e a mulher como subalternização, enquanto o ideal de liberdade e justiça foi relacionado ao masculino. As agentes relataram ainda que suas primeiras atribuições de cuidar se deram na infância, demonstrando que o imperativo moral de zelar pelo outro está presente na vida das mulheres desde cedo. No entanto, mesmo realizando atividades de cuidado pela vida toda, empregando tempo, inteligência, energia e afetividade, gerando valores de bem-estar e reabilitação, por exemplo, as entrevistadas demonstraram estranhamento sobre a possibilidade de receberem alguma remuneração.

Já no contexto da pedagogia, é um consenso entre as entrevistadas que cuidar e ensinar são indissociáveis, no entanto, essas mulheres demonstraram preocupação que suas falas reproduzissem ainda mais os discursos que relacionam Pedagogia, Cuidado e Feminino, reafirmando diversas vezes que a feminização da Pedagogia é algo que precisa ser superado, de forma a dirimir arbitrariedades que implicam a naturalização do cuidado como algo da mulher e, conseqüentemente, a exclusão das pessoas do gênero masculino, situações que restringem o poder de escolha e a liberdade de atuação dos sujeitos e acabam produzindo estruturas calcadas em preconceitos, desigualdades e injustiças.

Ampliando as discussões sobre o cuidado para além da esfera privada e doméstica, percebemos o quanto pensar o cuidado em sua dimensão pública, institucionalizada, foi desafiador para as agentes. É como se o cuidado não coubesse fora do ambiente familiar,

privado e particular. No entanto, após o estranhamento inicial, relacionar o cuidado aos serviços de saúde ou ao trabalho do professor foi quase que instantâneo. As mulheres também relacionaram o cuidado em âmbito social como um serviço a ser fornecido pelo governo, com o objetivo de promover um Estado de bem-estar e de assistir os mais vulneráveis, mas também foi relacionado às ações de coletivos, como uma forma de enfrentamento à lógica neoliberal, embora tenham afirmado que o cuidado de si e dos outros tem sido suprimido pelo modelo econômico. Logo, o cuidado adquire uma dimensão de resistência social e política.

Ao serem questionadas se o exercício do cuidado na prestação de serviços traz benefícios tendo em vista a democracia, houve uma divisão clara nas concepções entre as entrevistadas: as estudantes concordam que o cuidado pode contribuir bastante enquanto atenção ética e afetuosa, promovendo soluções eficazes e atendimentos mais dignos, reforçando a necessidade coletiva de considerar as diferenças. Já entre as professoras ouvidas nesta pesquisa, duas compreendem o cuidado como algo essencial, com um viés mais burocrático; no entanto, a terceira docente aponta que garantir direitos de acesso, de justiça e de objetividade é mais urgente para a democracia do que o cuidado, contribuindo para a equivocada dissociação entre cuidado e ética.

Ainda sobre o cuidado e as relações, embora todas as entrevistadas reconheçam que existe uma atribuição social e cultural que coloca o cuidado como natural ao gênero feminino, as estudantes de Pedagogia parecem estar mais subordinadas aos impactos dessa realidade. Já entre as docentes entrevistadas, essa realidade parece ter sido amenizada.

Tendo em vista toda a discussão realizada até aqui, é possível afirmar que promover a compreensão do cuidado em sua dimensão econômica, social e política pode indicar percursos para a diminuição das vulnerabilidades de gênero e favorecer relações sociais mais equânimes, em que cuidar e ser cuidado não estejam associados à exploração de gêneros, de raça ou de grupos em vulnerabilidade. Embora ainda tenhamos um longo caminho a percorrer, o cuidado, enquanto senso de responsabilidade individual e coletiva, fortalece os enfrentamentos contra as desigualdades e favorece a construção de uma democracia de fato mais justa, acessível e inclusiva para todos.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho. *In*: BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites para a democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. V. 1. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 22 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GARRAU, Marie; LE GOFF, Alice. **Care, justice et dépendance: Introduction aux théories du care**. Paris cedex 14, France: Presses Universitaires de France, 2010.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. O cuidado e seus circuitos: significados, relações, retribuições. *In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. Pensar o trabalho pela ótica do cuidado. *In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TAMANINI, Marlene. Para uma epistemologia do cuidado: teorias e práticas. *In: TAMANINI, Marlene; HEIDEMANN, Francisco G.; VARGAS, Eliane Portes; MARCOS, Sandro (orgs.). O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis: UDESC, 2018.

WAHLBRINCK, Ilíria; CHASSOT, Attico Inácio; CASSOL, Claudionei Vicente. Educar pelo cuidar: por uma gestão comprometida com o cuidado. **Revista de Ciências Humanas - Educação**, Frederico Westphalen, RS, v. 14, n. 22, p. 87-105, 2013.

ZELIZER, Viviana A. The economy of care. *In: ZELIZER, Viviana A. Economic lives: how culture shapes the economy*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

SOBRE AS AUTORAS

Maria Izabel Machado

Possui graduação em Ciências Sociais - Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Paraná (2009), mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Paraná (2012), doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2017) e doutorado sanduíche na Universidad 'Oscar Lucero Moya' (Holguin, Cuba) (2015). Atualmente, é professora da carreira de magistério superior da Universidade Federal de Goiás, lotada na Faculdade de Educação, atuando ainda como docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE (UFG). Tem experiência na área de Sociologia das Relações de Gênero, Interseccionalidades, Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: cuidado, gênero, educação, escola, trabalho e economia solidária.

E-mail: mariaizabelmachado@ufg.br

Raysa Carvalho

Mãe, pedagoga e comunicadora social. Coursou Pedagogia na Faculdade de Educação, na Universidade Federal de Goiás, integrando um grupo de iniciação à pesquisa científica com foco nos estudos sobre gênero, trabalho e cuidado. Também possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Goiás, e é pós-graduada em Gestão de Marketing, pela Faculdade Alves Faria.

E-mail: raysa.mkt@gmail.com